

HUMANIDADES ONTEM E HOJE¹

MARIA DE FÁTIMA SILVA

fanp13@gmail.com

Universidade de Coimbra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8107-9165>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-8_1

Biblos. Número 8, 2022 • 3.^a Série

pp. 15-27

¹ Conferência proferida, no dia 29 de setembro de 2022, no Teatro Paulo Quintela, na Sessão de Abertura do Ano Letivo de 2022/2023 da FLUC.

1. PRIMEIRO AS FERRAMENTAS E OS SEGREDOS DA ARTE

Refletir sobre ‘seja o que for’ necessita de um ponto de partida ... e se esse ‘seja o que for’ quiser dizer “As Humanidades”, o termo *a quo* há de ser sempre a Grécia. Começemos então por atravessar o espaço, até ao outro extremo da Europa, e cruzar o tempo até, pelo menos, ao séc. VIII a.C., em que tudo ‘oficialmente’ tem origem. E porquê ‘oficialmente’? Porque a fixação do alfabeto, como um caminho aberto para a difusão da escrita, marcou por esses tempos remotos a diferença. Começava, deste modo só aparentemente simples, a construção de um perfil de Humanidade a que os deuses traziam o seu contributo – sem eles nada de superior se cria; mas em que os homens contribuíram com o seu talento, e sem esse – ponhamos de parte falsas modéstias – também nada se cria.

Línguas, Literaturas e Culturas não é, nesta casa que habitamos, apenas a legenda para um dos seus blocos departamentais. É verdadeiramente a alma deste *oikos* de que todos nós fazemos parte. E para nos situarmos com alguma agilidade neste tão complexo universo, talvez um jogo de palavras, movidas sobre um tabuleiro multicolor, nos possa servir de orientação. O quadro pode resultar impressionista, feito de pinceladas traçadas por mão dispersa e imprevisível. Mas olhemo-lo à distância, na esperança de que a imagem final seja coerente.

Movamos uma primeira peça, que se chama MITO. Melhor do que ninguém o retratou Fernando Pessoa, quando disse “*O mito é o nada que é tudo*” (Pessoa, ¹⁰1972: 25). Mito é, em princípio, narrativa, tendencialmente breve e singela, um “nada” ou quase nada. Não fosse a fantasia e o simbolismo e talvez se esgotasse como expressão, convencional e repetitiva, de um rito. Mas mito aconteceu para traduzir realidades e impulsos humanos essenciais: vida e morte, coesão ou fratura entre pares pelo sangue ou apenas pelo grupo, harmonia ou conflito do Homem com a natureza, e seu convívio com as grandes forças do *cosmos* universal. E aí mito tornou-se em “tudo” o que constrói a vida, ontem e hoje, e que por isso prometia ser eterno e global. Mito cimentava as diversas peças do corpo social. Enfim, não há história sem mito. Mesmo quando ἱστορία – o relato do que é comprovável por testemunhos concretos – se propôs concorrer com o seu brilhante antecessor, o

mito, não se eximiu, apesar de um outro propósito, a carregar a realidade de um simbolismo que é também parte integrante da sua índole. Mito e história fizeram então um casamento feliz.

Duas curtas sílabas criando um singular – Mito – prometiam uma descendência tripartida, de enunciado longo e plural, Línguas, Literaturas e Culturas. Mito pressupunha palavras, exigia entre elas uma harmonia estética, almejava a expressão de uma ética que orientou os antigos e, a partir deles e sem interrupções, toda a história da Humanidade. Definia-se um conteúdo que viria a garantir às ainda muito distantes Faculdades de Letras uma tarefa imensa e uma prioridade indiscutível sobre quaisquer outras unidades de um saber entretanto instituído. Porque lhes cabia, mais do que a qualquer outra entidade, regular palavras, detetar o rigor das cadeias que as unem, explorar-lhes e polemizar-lhes o sentido. E sem palavras nada mais existe.

Agora que temos as peças – as palavras –, acionemos duas regras deste jogo, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO. Trata-se de um código tão milenar quanto a própria criação artística, revista ela a forma que revestir. ‘Inovar’ nunca será entendido como ‘criar’, mas sempre como ‘recriar’. Mais difícil do que confeccionar uma bela peça de material novo, ainda em bruto, será sempre recuperar, com criatividade e talento, um produto herdado. Foi este o segredo que ditou um processo a que, numa Faculdade de Letras, todos dedicamos muita da nossa atenção: o da sucessão das artes ou o da genologia dos padrões literários. Porque não há dúvida: o cinema ou a televisão, os saberes mais inovadores, são herdeiros do teatro, a arte de “proporcionar a visão” de alguma coisa. Do mesmo modo que o texto literário, histórico, dramático ou filosófico corresponde a outras tantas faces de um pensamento e de uma expressão com origem na velha épica, tão somente o texto metrificado que deu voz a mitos populares, em tempos tão remotos que é difícil calendarizá-los. Tradição e inovação produziram o milagre de abrir um leque imenso e anacrónico de possibilidades de criação e de expressão, do mesmo modo que uma árvore genealógica prolifera em ramificações que já se contam por milénios.

Quando nos focamos mais na literatura, há consenso em que cada novo texto é o traçado de uma teia, em que um hipotexto serve de trama a incontáveis hipertextos, todos aqueles que o tempo e o talento humano

foram criando. Alguns com foros de verdadeiros ‘originais intermédios’: aqueles que, por um feliz raio de génio, passaram a constituir, no fluir da tradição, marcos relevantes de interferência com o passado e com o futuro. Mas a todas as recriações se poderia aplicar a legenda traçada por Hutcheon: “Uma adaptação é uma derivação que não é derivativa – ou seja, uma obra que é segunda sem ser secundária” (Hutcheon, 2006: 9).

Nós, os que pertencemos a uma sociedade utilitária em que o pragmatismo muito conta, pensemos, por fim, no PARA QUÊ, na finalidade ou propósito deste jogo: será ele apenas uma diversão de que tiramos prazer estético, tanto na criação por parte do artista, quanto no consumo por parte do recetor? Ou será uma outra coisa ou sobretudo algo mais? Permitam-me que lembre palavras célebres, de um poeta paradigmático como Ésquilo, já na Atenas do séc. V a.C. tornado um clássico, poucas décadas volvidas sobre a sua morte. É dos infernos que nos fala, por milagre da imaginação de um comediógrafo, Aristófanes, quando interpelado sobre quais os méritos exigidos a um poeta (*Rãs* 1009, 1054-5): “Talento e conselho. (...) Porque às crianças é o professor que as ensina, aos adultos são os poetas”; esta a sua resposta. A mensagem e a sua utilidade social, eis o que o velho tragediógrafo consagra como missão para os verdadeiros artistas da palavra, os seus criadores ou, também, os seus intérpretes.

2. DEPOIS DAS FERRAMENTAS E DOS SEGREDOS DA ARTE, A SUA TRANSMISSÃO E IMORTALIDADE

Falámos até aqui de princípios, identificámos objetivos, previmos estratégias. O próximo passo para que vos convidamos pressupõe vencer o tempo e identificar a longevidade e vitalidade desta tradição. Trata-se de sondar etapas históricas para verificar o impacto do mundo antigo, tendo em conta campos específicos da sua influência: educação, prática artística e a leitura, pública, pessoal e privada, de uma identidade cultural.

A um enunciado, em termos globais, de perspetivas sobre Línguas, Literaturas e Culturas – um concentrado de palavras e de conteúdos –, podemos agora adicionar umas tantas lendas mais concretas, também elas de

ontem e de hoje, que materializem e tornem ágeis as categorias de referência. São nomes, provêm da Grécia antiga, sem deixarem de nos ser familiares; são símbolos resultantes de outras vivências, que afinal se assemelham às nossas. *Atridas* sempre deram nome aos senhores da guerra, promotores de campanhas que se anunciam legítimas, mas que afinal se mostram genocidas; *Troianas*, assim passaram a chamar-se as sobreviventes de um conflito arrasador, que choram para sempre um passado submerso sob um braseiro de ruínas; *Antígona* nomeia aquelas a quem as razões de um conflito pouco importam, quando é o respeito pelos mortos que a guerra causou o que se impõe; *Medeia* inclui todos os que o destino desenraizou da sua terra, para enfrentarem exílio e xenofobia; *Édipo*, esse, designa o próprio Homem, artista de tantas vitórias e intérprete de tantos enigmas, mas impotente diante da mais elementar das perguntas: quem sou eu? E de repente percebemos que um conjunto de nomes, de certo modo fora da nossa realidade imediata, afinal é paradigma de tudo aquilo que constrói o nosso presente mais flagrante, aquele que nos persegue no quotidiano e nos prende, com uma ponta de obsessão, ao que nos mostram as televisões ou ao que nos dizem os jornais.

Tratemos de abrir agora o nosso campo de visão pela amplitude do tempo. E porque, como acabámos de afirmar, as afinidades entre passado e presente são claras – afinal a essência do humano não mudou assim tanto –, poderemos prosseguir com o mesmo jogo e mover as mesmas peças – ‘mito’, ‘tradição e inovação’ e ‘para quê’ –, quando passamos das matrizes à recepção.

O MITO, enquanto *corpus* que perpassa gerações, sabe falar a cada uma delas de maneira particular, sem mesmo assim abrir ruturas num *processo contínuo de recepção*. É Anastasia Bakogianni quem, desta vez, nos dita o lema: “a recepção é tudo” (Bakogianni, 2016: 121). Porque o “nada” de Pessoa perdeu-se sob esse caudal de releituras, plurivalentes, controversas e multi-formes, que os séculos viram acumular. A fluidez das palavras volta a impor a sua tirania. Paremos um minuto para pensar como ‘tradição’, ‘tradução’, ‘adaptação’, ‘recepção’, mais do que designações para as fases ou modalidades de um processo, são critérios de leitura que os modernos impuseram aos antigos. Talvez “recriação”, na sua pregnância, possa servir de termo agregador de todas elas. Tudo começou pela necessidade de inventariar; porque mais do que

pela qualidade, se quis demonstrar a quantidade, ou seja, a abundância – de modelos e de produtos – com que a ‘tradição’ se impunha como fonte de tudo o que hoje somos. Ao inventário, associaram-se a ‘tradução’ e a ‘adaptação’, para dizer um passo ainda tímido na transposição da tradição; “imitação” e subserviência a determinados cânones cediam lugar à criatividade e verdadeira re-criação; veio, por fim, a ‘recepção’ como o intuito de manipular, o mesmo é dizer, interagir, de modo consciente e voluntário, com os modelos – políticos, sociais, culturais – que presidem ao que entendemos chamar “moderna cultura ocidental”.

Se quisermos, neste poliedro que é a ‘casa das Humanidades’ em que nos encontramos, destacar o papel da Geografia, uma parceira indissociável do conjunto, não custa qualquer esforço reconhecer que ela está intimamente associada ao processo cultural. Mais do que solo, rios e mares, afinal o planeta em que nos movimentamos, Geografia inclui um mapa de gentes, que sentem, pensam e interagem. Fronteiras temporais, políticas, linguísticas, ou outras, desabam perante a universalidade que a Geografia pressupõe. E porque Atenas, até onde recuamos a origem de todo este processo cultural, se situa entre Oriente e Ocidente, com todo o peso de transversalidade que tal posição acarreta, a transferência de elementos culturais aparecia, no melhor dos sentidos, como uma espécie de ‘condenação’.

Vieram os Romanos, conquistaram a Hélade, e logo se aperceberam, nas palavras de Horácio (*Epístolas* 2.1.156-7), de que “a Grécia conquistada tinha conquistado o seu feroz vencedor e infiltrado as artes no Lácio agreste”. Conscientes dessa evidência, não se limitaram a recuperar e a assimilar os modelos helénicos; empenharam-se em trocas culturais, ao longo do império, produzindo efeitos que continuam vitais. Com o passar dos séculos, as mesmas questões que preocupavam os Europeus e os critérios por que eram entendidas moveram também outras comunidades, que vários tipos de barreiras geográficas unem e separam. Que diferentes sociedades tenham ponderado, por exemplo, sobre modelos variados de estruturação do coletivo e do exercício do poder, confrontando democracia, com oligarquia, ou monarquia, poder de todos, de poucos ou de um só – e não existe certamente comunidade humana alheia a tal especulação –, é um exercício que, pelo

menos desde Heródoto, no séc. V a.C., tem registo (*Histórias* 3.80-2). Que uma tragédia grega possa tomar a forma de uma representação de teatro noh, ou que Nelson Mandela, em pleno apartheid, pudesse ter encarnado o tirano, Creonte, numa performance de *Antígona* de que a prisão que o reteve durante anos na África do Sul foi cenário; ou que a leitura global de uma comédia como *Lisístrata*, de Aristófanes, em que as mulheres, pela greve ao sexo, dobravam a vontade masculina de fazer guerra, pudesse ter servido de senha de repúdio quando estalava a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque – são apenas alguns testemunhos de como as mesmas referências podem ser retomadas e retocadas, de forma a servirem a diferentes mensagens, num plano universal; o contexto altera-se, as palavras mudam, as figuras renovam-se, mas as emoções e os símbolos, esses perduram.

Nada há, portanto, de passivo no processo, não se trata de uma simples ‘reprodução’ ou de uma campanha obstinada em defesa da tradição, como entidade estática e intocável. Desde logo cada época imprimiu a uma mesma fonte a sua marca, e contribuiu assim para manter vivo, renovado e dialogante o velho mito. Houve já quem falasse de “democratização” (Hardwick; Stray, 2008: 3), para exprimir uma ousadia: a de despir o mito das suas galas, de um ascendente protegido pela distância, da solenidade que tendeu a dar-lhe voz, para o trazer, vestido de *jeans* e de *t shirt*, ao convívio de outras gerações e de outros públicos. Os académicos foram decerto pioneiros no desencadear destes movimentos, não sem que o objetivo final dispense possíveis cruzamentos com outros caminhos de aprendizagem, fora do círculo estrito da academia. Dialogar com práticos e criadores nas artes, na literatura, no teatro, na retórica política, só pode ser frutífero. Mais do que saber, saber viver é o que está em causa no convívio com as Humanidades.

Não há que temer as ousadias, porque são elas que ditam impulsos e estimulam os verdadeiros passos adiante. Por um milagre de transversalidade, as recriações não se materializaram como meras esponjas das fontes em que bebiam. A leitura dos clássicos aprofunda-se e subverte-se de cada vez que alguém, condicionado por um outro contexto dos que a História vai determinando, sobre eles lança um novo olhar. E assim, matriz e fruto vão-se mutuamente enriquecendo. O processo toma a feição da desmontagem, peça

a peça, de um material, para de seguida o reconstituir com uma nova imagem. É o que afirmam Lorna Hardwick e Christopher Stray com uma receita impressiva: “Por ‘recepções’ entendemos a maneira por que o material grego e romano foi transmitido, traduzido, fragmentado, interpretado, reescrito, repensado e representado” (Hardwick; Stray, 2008: 1).

Nesta perspetiva é o talento humano e a sua circunstância o que pondera. Mas olhemos também de um outro ângulo, aquele em que é o material a ditar as regras. E aí, o que domina é uma plasticidade sem limites, a riqueza de uma matéria prima que, sem perder os elementos essenciais à sua química, oferece combinações imprevisíveis e submissas à criatividade de cada artista e às exigências de cada nova geração. Artes plásticas, cinema, televisão impuseram sobre a matéria prima da narrativa ou drama outras ferramentas, sem mesmo assim aniquilarem os elementos em jogo e a sua primeira configuração, o texto.

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO continua a ser a regra a ditar as infundáveis recriações dos velhos mitos. As solicitações de cada geração, as questões que em cada uma delas sobressaem, condicionam outros olhares sobre os mesmos símbolos. Tomemo-nos a nós próprios para exemplo. Guerra, xenofobia e racismo, ditadura, conflito de géneros, são, entre os problemas que nos afligem como coletivo, os mais gritantes. Sofremo-los na pele, precisamos de identificá-los, de compreendê-los, para nos podermos insurgir e encontrar para eles uma resposta salvadora. Alguém se surpreenderá que, em tempos da segunda guerra mundial, os criadores europeus se tenham desdobrado em Antígonas, paradigma da voz isolada daqueles que, a custo da liberdade e da vida, confrontam o poder? Ou que numa sociedade multirracial como o Brasil, Medeia se pudesse transformar em rainha Jínga, e o cantor supremo da tradição em Orfeu Negro?² Ou que Lisístrata – e insistimos nela –, a tal que congeminou a greve ao sexo como uma estratégia feminina para

² Agostinho Olavo, *Além do Rio (Medeia)*. In: Nascimento, A. (ed.) (1961), *Dramas para negros e prólogo para brancos. Antologia de teatro negro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Teatro Experimental do Negro. *Orfeu Negro*, filme de Marcel Camus (1959), inspirado na obra de Vinicius de Moraes, *Orfeu da Conceição* (1954).

quebrar a vontade masculina de glória e conquista, faça de novo ouvir a sua voz quando os movimentos feministas se organizam, ou quando o mundo se revolta contra a iminência de um conflito? E não se pense que tudo fica por simples desabafos ou por inócuos gritos de revolta! Não, os visados presentem nestas mensagens de discordância, mesmo se indiretas, uma ameaça. Ou não se propôs a polícia brasileira, em tempo de ‘luminoso obscurantismo’, prender Sófocles, quando se preparava mais uma subida ao palco, desta vez no novo mundo, da contestação com que o poeta de Atenas visou Creonte, para sempre o paradigma dos tiranos?

Insistamos ainda no PARA QUÊ da criação artística e literária, ou mesmo no PARA QUÊ de regressarmos aos antigos. Será que a resposta “porque às crianças é o professor que as ensina e aos adultos são os poetas” ainda soa compreensível à nossa maneira de entender as Humanidades?

Podemos procurar satisfazer esta pergunta sem sair desta nossa casa. Somos, numa Faculdade de Letras, o resultado da soma de milénios de aprendizagens e saberes, de um mapa complexo de caminhos e propósitos. Tenderíamos a ser uma família dispersa, quem sabe mesmo se desavinda e concorrencial, não fosse a consciência profunda das nossas raízes comuns. Porque não regressarmos à escrita etimológica e escrevermos “filosofia” duas vezes com -ph-, *philosophia*? Talvez a simples troca de caracteres mude tudo na nossa vocação. Pertencemos àqueles para quem “a afeição” ao “saber” é uma prioridade. “Filosofia”, tal como “Línguas, Literaturas e Culturas” deixa de ser somente um departamento, para ser o chapéu que nos abarca a todos no mesmo impulso para crescer enquanto homens.

Mas há mais. Com os nossos vizinhos mais próximos construímos um edifício maior, não somos só Faculdade de Letras, somos também Universidade. E, face a essa evidência, reconhecemo-nos como uma unidade entre outras que constituem, em íntima colaboração, o que o tempo converteu em saberes autónomos. Porque assim não era o entendimento daquelas escolas que nos podem servir de referência como primeiras instituições universitárias: a Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles. Aí, não apenas todos os saberes, Humanidades e Ciências, estavam reunidos numa só comunidade, como cada um dos ‘académicos’ nelas integrados acumulava as múltiplas competências.

Com o tempo e a noção de especialidade, veio o divórcio dos saberes, com chancela oficial, ainda que nunca totalmente consumado. E ao divórcio seguiu-se uma hierarquização valorativa. Pensou-se que aprender línguas, ou interpretar textos – o que não diremos em particular das que nos são matriciais, o grego e o latim –, não produzia benefícios práticos, enquanto as ciências e os dotes técnicos seriam uma garantia de promoção pessoal e progresso coletivo. O dito sábio “nem só de pão vive o homem” tornou-se obsoleto e incompreensível.

Mas, apesar de tudo, o convívio tradicional das diversas disciplinas tinha peso, não se desintegrava sem sequelas. Na sua especificidade, as Humanidades continuam a penetrar em todas as comunidades parceiras, por aquela que é a sua ferramenta natural, as letras e as palavras. E se passarmos de um plano geral ao específico, constatamos que o Direito continua a usar um formulário latino, em honra aos códigos, sobretudo o romano, que lhe condicionam o objeto de estudo, a lei; na Medicina, o juramento de Hipócrates, consignando os princípios técnicos e éticos da profissão, prossegue como um vínculo exigido a cada nova geração; nas Ciências, é com orgulho que o edifício que alberga a Matemática exhibe na fachada, como um preceito, uma legenda platónica: ἀγεωμέτρητος μηδεὶς εἰσίτω (que não entre quem não conhece a geometria); e com que prazer alguém das Letras – tive essa experiência – se depara com um biólogo que lê a *Anábase* de Xenofonte, o relato do percurso levado a cabo por Gregos pelos caminhos distantes do Oriente, para tratar, em provas académicas, de ‘plantas tóxicas’. São só sinais de superfície, mas provas seguras de que a história dos saberes não se fez de sobressaltos, mas de linhas contínuas e coerentes.

Podemos dar um passo ainda mais largo para chegarmos à construção das sociedades e atingirmos o que passámos a chamar ‘globalização’. Sem que o termo ‘globalização’ se tivesse ainda introduzido num código linguístico comum, já por toda a Europa o Latim representava uma primeira senha de coesão; como língua franca, ele permitiu que cientistas, historiadores, poetas, dramaturgos, se dirigissem a grandes públicos ao longo da Idade Média, do Renascimento e do Iluminismo. Esse era o tempo em que transversalidade cultural significava sobretudo usar uma só língua de contacto e de expressão,

com tudo aquilo de que uma língua é portadora. Quando, em tempos mais próximos, ‘globalização’ ganhou estatuto como norma de vida e de convivência universal, talvez a precipitação dos (re)construtores da ideia tendesse a ler a proposta como sinónima de uma rede comercial e económica, que tivesse vindo para demolir barreiras alfandegárias e impostos. Visão pequena, que o tempo foi clarificando. Globalização voltou a ser muito mais do que uniformidade de moeda ou circulação livre de mercadorias; ei-la vigente como fomentadora de educação, aproximação de sensibilidades e princípios e, acima de tudo, como descoberta da principal afinidade, a de ser homem, dita em várias línguas e escrita sob vários modelos. E assim voltamos a considerar o que constitui a trama essencial do que é ser humano, sob uma pluralidade de leituras. Torna-se então patente a marca que nos une, podemos então dar a *filosofia* – com duplo *ph* – o sentido pleno que lhe cabe...

MAS AINDA ASSIM O PARADOXO...

Quanto tudo parecia harmonizar-se sob uma bandeira comum, a da cultura como alicerce da Humanidade, um estranho paradoxo vem trazer ao quadro pinceladas mais sombrias. O papel das Humanidades em geral e dos Clássicos em particular na educação tornou-se, ao longo dos tempos, matéria de polémica, a que não falta intensidade. Pode acontecer que se lhes imponha – às Humanidades e aos Clássicos – uma desagradável reconfiguração, que a diacronia das tradições justifica: que se prefira à coesão de uma origem comum a fragmentação a que se viram sujeitos. Por essa via Humanidades, em vez de um bloco coeso, tornaram-se, dentro de si mesmas, entidades competitivas. Há também quem lhes aponte a antiguidade, como se tradição fosse defeito. Ou uma índole elitista a merecer desprezo e repúdio. Ou, numa visão menos ideológica e mais pragmática, até a inutilidade, por parecer que são frágeis como investimento, pessoal ou sobretudo profissional.

Pode mesmo ter acontecido que, na competição instalada entre os diversos ramos do saber, as Humanidades fossem olhadas como o parente pobre, incapaz de gerar quantidades representativas de euros, o encargo caro que uma Universidade que se preze tem de sustentar. Daí resultou a

exigência de argumentar, cada dia sem quebras, em favor da pertinência e da necessidade de que as Faculdades de Letras não só existam, como cresçam, se desenvolvam, se refresquem, se atualizem. Porque não só o concreto e o rentável em termos quantitativos merece lugar e prestígio. O qualitativo, por mais abstrato, não perde em excelência e utilidade: aos adultos são, afinal, os poetas que os ensinam.

Todos temos, no momento, os olhos cheios das atrocidades que vão percorrendo terra europeia, num espaço concreto que dá pelo nome de Ucrânia. Ouvimos, todos os dias, falar dos milhões com que um mundo solidário vai procurando responder às necessidades de defesa e de sobrevivência física de uma população martirizada pela guerra. Mas não somos insensíveis a uma atitude com que os próprios Ucrânicos defendem, mais do que o seu território, a sua identidade; nos centros históricos, nas praças, vemo-los proteger com sacos de areia estátuas e monumentos, com empenho igual àquele com que procuram resguardar as suas próprias vidas. É lá que se reconhece ainda, apesar de tudo, uma identidade coletiva e, esperamos, o sinal de um futuro renascer.

Neste milénio ainda tão jovem, mas já tão controverso, parece consensual que a cultura de que somos herdeiros e que guiou até ontem o nosso comportamento coletivo, na prática por que se exprime, está à beira do colapso. É inevitável que nos adaptemos a outras exigências, porque a História está a dar passos céleres e surpreendentes. Mas será por isso que os Atridas como promotores de guerras genocidas, que as Antígonas como campeãs de valores familiares, que as Medeias como vítimas de exílio e xenofobia, vão perder pertinência? Decerto que não. Os protagonistas mudaram, a ordem dos episódios também, mas as questões essenciais são ainda as de sempre. As palavras – autocracia *versus* democracia, cumplicidade, solidariedade (e até *hybris*, arrogância, a resumir a essência do que se está a passar no leste europeu) – podem, como sempre, ser salvadoras, porque avaliam, denunciam, apelam, recomendam, sobrepoem-se até aos próprios acontecimentos. E, esperemos, contribuam para acordar consciências e repor valores, numa convergência que se deseja global. É esta a vocação das Humanidades que serão, apesar de todos os contratemplos, as grandes sobreviventes.

BIBLIOGRAFIA

- Bakogianni, Anastasia (2016). What is so 'classical' about Classical Reception? Theories, Methodologies and Future Prospects. *Revista de Estudos Clássicos*, Rio de Janeiro, 4.1, 114-131.
- Hardwick, Lorna; Stray, Christopher (2008). Introduction: Making Connections. In *A Companion to Classical Receptions*. Oxford: Blackwell.
- Hutcheon, Linda (2006). *A Theory of Adaptation*. New York: Routledge.
- Pessoa, Fernando (¹⁰1972). Poema 'Ulisses'. In *Mensagem*. Lisboa: Ática.

(Página deixada propositadamente em branco)